



06 de abril de 2022

Ao Excelentíssimo Senhor Procurador da República  
**ALISSON MARUGAL**  
Ministério Público Federal

### **CARTA DE DENÚNCIA**

Prezado Sr. Procurador da República, Dr. Alisson Marugal

1. Cumprimentando Vossa Excelência, nós, povos indígenas dos Povos Indígenas Macuxi, Wapichana, Wai Wai, Yanomami, Patamona, Sapará, Taurepang, Ingarikó, pertencentes às etnorregiões Alto Cauamé, Amajari, Baixo Cotingo, Murupu, Tabaio, Raposa, Serras, Serra da Lua, Surumu, Wai Wai e Yanomami, mobilizados no III Acampamento Terra Livre (ATL) 2022, ato pacífico em alusão ao Abril Indígena, realizado em Boa Vista, no período de 5 a 14 de abril de 2022, com o tema “Retomando o Brasil: Demarcar o Território e aldear a política” vimos relatar e denunciar o que segue.

2. As nossas terras são fundamentais para a nossa vida, nossa cultura, nossos costumes, nosso bem viver e nossa sustentabilidade. As nossas terras estão sendo invadidas e devastadas. Sem nossos territórios não há bem viver, não há vida dos povos indígenas. Somos protetores de 35 terras indígenas no Estado de Roraima, equivalentes a 46% do território do Estado.

3. O genocídio dos povos originários e a invasão de nossas terras indígenas se tornou parte de um projeto do Governo Bolsonaro, que age deliberadamente para incentivar as invasões e ataques contra os povos indígenas. Denunciamos a omissão deliberada da Fundação Nacional do Índio em estar presente e de fato atuar na defesa e na proteção de nossos direitos e de nossas terras. Denunciamos a omissão deliberada da FUNAI em promover articulações com os demais órgãos públicos responsáveis – IBAMA, ICMBio, PF – para em proteger as terras indígenas e retirar os garimpeiros ilegais que invadem nossos territórios.



Requeremos haja uma efetiva colaboração de todos os órgãos responsáveis para a imediata retirada de todos os invasores ilegais que estão destruindo nossas terras.

4. Na Terra Indígena Yanomami, a invasão de garimpeiros já foi denunciada em todas as instâncias nacionais e internacionais. Em 2019 eram 20 mil garimpeiros, e este número vem crescendo a cada dia. No ano passado, morreram pelo menos seis indígenas com tiros de garimpeiros, dois indígenas de povos isolados, duas crianças dragadas por balsas de garimpeiros ilegais. As próprias lideranças yanomami tiveram que levar o corpo de seus parentes assassinados para suas famílias fazerem seus rituais, sem nenhum suporte do poder público ou órgãos públicos. São pelo menos quatro comunidades indígenas destruídas pelos garimpeiros, onde cerca de 200 indígenas moram e estão sitiados sob domínio de garimpeiros criminosos. Em 2021 pelo menos duas mulheres foram violentadas até a morte por esses invasores. São muitas as violações sem nenhuma ação efetiva por parte da FUNAI e demais órgãos competentes para punir os criminosos.

5. Também as Terras Indígenas Raposa Serra do Sol, Wai Wai, Trombetas-Mapuera, Aningal, Boqueirão, Pium, Araçá, Ouro, Serra da Moça enfrentam a invasão e os impactos do garimpo, com a poluição das águas, lagos, rios e igarapés, o desmatamento das florestas, a degradação ambiental, aumento dos índices de malária, a perda de autonomia sobre os territórios, a presença de invasores e aliciamento de indígenas por facções criminosas, a violência e as ameaças às comunidades e às lideranças, a limitação do usufruto de nossas terras com a criação de pistas e rotas, o comércio ilegal de bebidas alcoólicas e outras drogas, o furto de animais e de veículos etc.

6. Denunciamos a morosidade da Fundação Nacional do Índio em reconhecer os direitos territoriais dos povos indígenas em Roraima, em especial das Terras Indígenas Arapué, Anzol, Lago da Praia, Truaru da Cabeceira, Pium, Anaro, Serra da Moça e Mangueira. São todas terras indígenas que estão sofrendo a invasão e a grilagem por parte de fazendeiros, sitiante, posseiros que estão avançando nas nossas áreas e atentando contra as nossas vidas. Denunciamos a inércia da Funai



em realizar os reestudos e de fazer a defesa judicial das comunidades que estão sofrendo ações de reintegração de posse.

7. Denunciamos a realização de projetos de desenvolvimento econômico que ameaçam a vida dos povos indígenas. Somos a favor do desenvolvimento do nosso jeito, da forma como nós queremos. Por isso, somos contra a construção da Usina de Hidrelétrica (UHE) Bem Querer que atingirá pelo menos nove terras indígenas.

8. Queremos agilidade no processo de consulta das termoelétricas da Região Serra da Lua, que atingem três Terras Indígenas Tabalascada, Canauanim e Malacacheta, uma consulta prévia, livre, informada, culturalmente adequada e de boa fé. Denunciamos que as Usinas Termelétricas UTE Cantá e UTE Bonfim foram construídas sem termos sido consultados, conforme prevê e garante nosso direito constitucional e previsão da Convenção 169 da OIT. Todo o Complexo de Termoelétricas irá prejudicar e impactar nossas comunidades e nosso bem viver, por isso requeremos a tomada de medidas para a proteção de nossos direitos.

9. Denunciamos que as empresas empreendedoras das Termoelétricas estão realizando contato isolado com pessoas das comunidades da Serra da Lua, sem deliberação da Assembleia Regional dos Tuxauas e o acompanhamento da Coordenação Regional. Requeremos que sejam apuradas as possíveis infrações penais, cíveis e administrativas da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (FEMARH) e da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, bem como de quaisquer outros órgãos públicos pelo atropelamento do direito à consulta livre, prévia e informada, estabelecido pela Convenção 169 da OIT. Requeremos que seja apurado e, possivelmente, retirado do Plano de Trabalho apresentado pela empresa MRS Estudos Ambientais para as UTEs Cantá e Bonfim os itens que fazem referência à UHE Bem Querer.

10. Denunciamos que a Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado de Roraima e empresas estão realizando contato isolado com pessoas das comunidades indígenas para plantio de grãos transgênicos no modelo de monocultura dentro de nossas terras indígenas, descumprindo a



Constituição Federal 1988 que determina nosso usufruto exclusivo, e sem deliberação da Assembleia Regional dos Tuxauas e o acompanhamento da Coordenação Regional de cada região. Somos contra o modelo de desenvolvimento econômico que degrada o meio ambiente, polui nossas águas, rios e igarapés e prejudica a nossa vida, as nossas produções e a nossa sustentabilidade.

11. Reafirmamos nosso direito à consulta dos povos indígenas de acordo com os suas normas internas e, quando houver, seus Protocolos, como é o caso do Protocolo de Consulta da Região Serra da Lua, Protocolo de Consulta da Terra Indígena Yanomami, Protocolo de Consulta da Terra Indígena Waimiri-Atroari, Protocolo de Consulta da Raposa Serra do Sol, Protocolo de Consulta da Terra Indígena Trombetas-Mapuera e Protocolo de Consulta da Terra Indígena Wai Wai.

12. Denunciamos que a situação atual da nossa educação escolar indígena é grave. Nosso direito à educação está ameaçado por conta da situação indefinida dos professores indígenas com contrato temporário até a posse no concurso; da necessidade de professores para as salas multifuncionais, professores auxiliares e cuidadores; das Escolas Yanomamis sem funcionamento e desativadas; das Escolas sem transporte escolares; das Dificuldades na gestão das salas anexas; da Falta de servidores de apoio; da Infraestrutura precária dos centros regionais e ausência de outros centros nas demais regiões e centro regional educacional; da Infraestrutura inadequada da DIEI para atender o público indígena; da Falta de novos materiais permanentes nas escolas indígenas; das 167 escolas sem infraestrutura; da Infraestrutura precária no atendimento pedagógico, administrativo, recreativo e esportiva das escolas indígenas; da Morosidade nos processos de reformas, ampliações, construções de quadras das escolas indígenas; da Escassez de merenda de qualidade nas escolas indígenas; e do não reconhecimento da gestão democrática pelo sistema estadual e municipal. Requeremos que sejam apuradas estas violações de direitos e tomadas as medidas necessárias para a promoção e proteção dos direitos dos povos indígenas a uma educação de qualidade.



13. Por fim, manifestamos que somos contra o PL 191/2020, PL 490/2007, PDL 177/2021, PDL 28/2019, PDC 2540/2006, PL 366/2022 e todos os outros que atentam contra a vida dos povos indígenas.

14. Denunciamos a omissão dos órgãos competentes e requeremos a tomada de medidas imediatas para proteção e defesa dos povos indígenas em Roraima, com a retirada dos garimpeiros ilegais das terras indígenas, o reconhecimento do direito territorial e à proteção dos territórios para a garantia da vida, dos costumes, tradições e bem viver dos povos indígenas.

Saudações indígenas!

A Comissão Organizadora do III Acampamento Terra Livre Roraima